

# CEDI

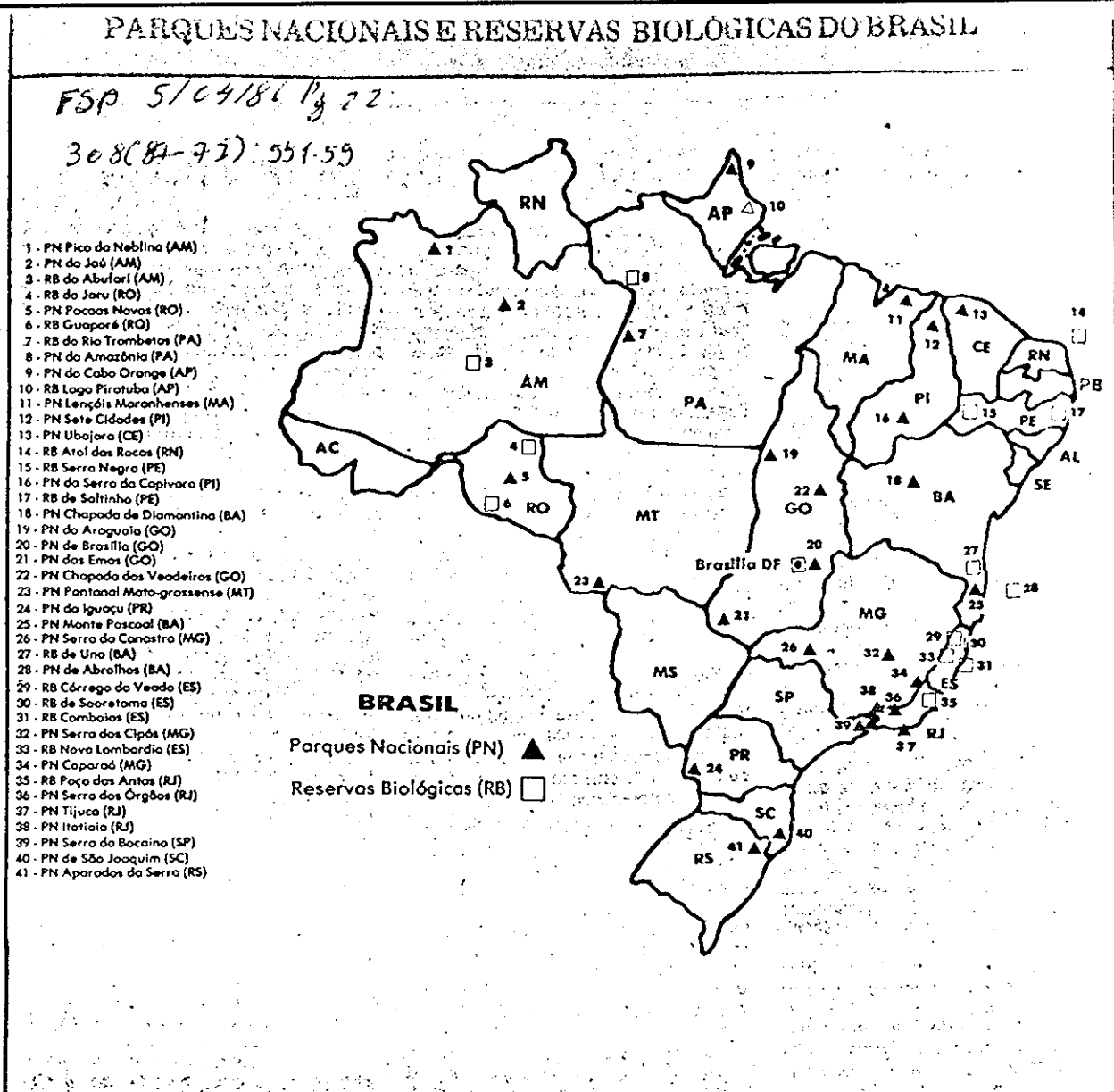
## Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Folha de São Paulo

Class.: UNOR 10071

Data: 5 de Maio de 1981

Pg.: \_\_\_\_\_



O Brasil tem 27 parques nacionais e catorze reservas biológicas, criados nos últimos cinquenta anos

## Problemas fundiários ameaçam parques nacionais e reservas biológicas

**PAULO SÉRGIO SCARPA**  
Enviado especial a Capão Bonito

Ao comemorar no próximo ano o cinquentenário de criação do primeiro parque nacional do Brasil (o de Itatiaia, na divisa entre o Rio de Janeiro e Minas Gerais, com trinta mil hectares), o IBDF (Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal, autarquia vinculada ao Ministério da Agricultura), tem um balanço a apresentar: pelo menos no papel, através de decretos presidenciais, cerca de onze milhões de hectares estão preservados (cerca de 1,3% dos 850 milhões de hectares que compõem o território nacional).

Nos últimos cinquenta anos foram criados 27 parques nacionais e catorze reservas biológicas, com o objetivo de preservar florestas nativas, rios, nascentes, divisores de água e uma rica fauna e flora, além de instalar reservas biológicas para o estudo e desenvolvimento de pesquisas científicas.

Mas isto não significa que todas as áreas estejam, de fato, intactas, livres da ação predatória. O IBDF ainda não regularizou a situação fundiária de 21 parques nacionais (apenas seis são de seu pleno domínio: Sete Cidades (PI), Ubajara (CE), Serra da Capivara (PI), Serra da Canastra (MG), Pantanal Mato-grossense (MT) e Abrolhos (na Bahia, em convênio com o Ministério da Marinha) e de sete reservas biológicas — estão regularizadas as de Comboios (ES), Sooretama (ES), Córrego do Veado (ES), Nova Lombardia (ES), Atol das Rocas (no Rio Grande do Norte, em convênio com o Ministério da Marinha), Serra Negra (PE) e Saltinho (PE).

Esta situação demonstra que ainda existem posseiros ou proprietários de terras nas áreas. O IBDF não fez ainda o pagamento de todas as desapropriações e não tem, sequer, um levantamento global do preço das desapropriações. Por falta de funcionários, o IBDF não sabe dizer ao certo, por desconhecimento das áreas, qual a atual situação dos parques e reservas: se está havendo ou não invasões de posseiros, desmates ilegais ou se as terras estão sendo



usadas para agricultura e pecuária. Mas a situação mais grave é que o IBDF ainda não providenciou o mapeamento e a delimitação daqueles parques e reservas, isto é, não sabe o que deve ser preservado e não tem argumentos jurídicos para impedir o uso das terras, inclusive por outros órgãos da União, como a Funai (Fundação Nacional do Índio) e Inera (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária).

Para a preservação de seus parques e reservas, o IBDF conta, além dos recursos próprios, com ajuda financeira de entidades internacionais, como o Banco Mundial ou a World Wildlife Fundation (Fundação para a Vida Selvagem). Anteontem a WWF anunciou no Rio de Janeiro que estuda a concessão de verba, para aplicação nos próximos dois anos, de US\$ 160 mil (Cz\$ 2,2 milhões) para alguns projetos, como a manutenção do Parque Nacional do Araguaia (GO) e a conservação das tartarugas marinhas, cujos projetos estão em desenvolvimento nas reservas biológicas de Trombetas (PA) e Comboios (ES).

“O ideal seria que o Brasil pudesse mostrar hoje cerca de cinquenta milhões de hectares de terras preservadas, em parques e reservas biológicas”, diz o diretor de Manejo Florestal do Departamento de Economia Florestal do IBDF, Eleazar Volpato, 41, que participa de Encontro de Diretores e Técnicos em Florestas Nacionais, em Capão Bonito (SP), 241 km a sudeste de São

Paulo. “A visão preventiva do IBDF, criando parques e reservas, tem um mérito: os inúmeros decretos foram assinados na esperança de um dia vê-los preservados usando-se os instrumentos legais.”

Foi o governo João Figueiredo quem mais decretou a criação de parques e reservas: nove parques nacionais — Pico da Neblina (AM), Picaas Novos (RO), Serra da Capivara (PI), Cabo Orange (AP), Jau (AM), Lençóis Maranhenses (MA), Pantanal Mato-grossense (MT), Abrolhos (BA) e Cipós (MG); e mais nove reservas biológicas — Rio Trombetas (PA), Jaru (RO), Atol das Rocas (RN — em convênio com o Ministério da Marinha), Lago Piratuba (AP), Una (PA), Guaporé (RO), Abufari (AM), Saltinho (PE) e Comboios (ES). Proporcionalmente, pelos sete meses em que esteve na presidência da República, foi Jânio Quadros, atual prefeito de São Paulo, quem mais criou parques: Sete Cidades (PI), Caparaó (MG ES), Tijuca (RJ), São Joaquim (SC), Emas (GO) e Chapada dos Veadeiros (GO).

O IBDF está enfrentando muitos problemas para a implantação definitiva dos parques nacionais e reservas biológicas, segundo Martha Trainari Bernardes, ex-coordenadora das unidades de conservação de Minas Gerais, Espírito Santo e Distrito Federal e atualmente na Coodenadoria dos Recursos Humanos do IBDF. Os índios estão presentes nos parques do Araguaia (GO), Monte Pascoal (BA) e Picaas Novos (RO). No Araguaia, os fiscais do IBDF enfrentam o contrabando e o roubo de peixes com a ajuda dos indígenas.

Os posseiros estão presentes em maior destaque nos parques de Picaas Novos (RO), Serra dos Órgãos (RJ) e Itatiaia (RJ) — que ainda mantém hotéis particulares e proprietários de terras dentro dos limites do parque —, Bocaina (SP), São Joaquim (SC), Aparados da Serra (RS/SC), Araguaia (GO), Cipós (MG) e Chapada da Diamantina (MG).